



Relatório da Administração 2010

AOS SENHORES ACIONISTAS E À SOCIEDADE

A administração da **J. Macêdo S.A.** ("Companhia") submete a apreciação de V.S. as o resultado do exercício de 2010. As demonstrações financeiras da Companhia individuais e consolidadas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas em nosso País, fundamentadas na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações emanadas da CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2010, concluímos o ciclo de investimentos para o aumento da capacidade produtiva de massas, investindo também de maneira consistente na otimização de nossa malha logística. Devem ser salientadas, ainda, as diversas ações estratégicas focadas na eficiência financeira da Companhia, que vão desde a gestão tributária, passando pela melhoria da qualidade do endividamento da Companhia até a implantação do Orçamento Matricial e a adequação da estrutura para a redução de despesas com foco na eficiência. O ano também foi marcado pela finalização do processo de profissionalização da gestão da Companhia, com a contratação de Enrique Ussher como novo CEO em novembro, em substituição a Amarílio Macêdo, que assumiu a presidência do Conselho de Administração.

Mesmo com todas estas iniciativas, fatores diversos afetaram os resultados, como as oscilações do mercado do trigo. Tivemos como desafios ao longo do nosso processo de investimentos, os gastos ainda elevados, principalmente relacionados a rescisões. Ainda assim, chegamos ao final de 2010 com resultado operacional e EBITDA superiores aos alcançados em 2009.

Nossas unidades fabris de São José dos Campos, Macaé e Salvador tiveram sua capacidade de produção ampliada de maneira significativa, o que nos assegura a estrutura necessária para levar adiante a estratégia de busca de maior espaço no mercado nacional de massas. É importante mencionar, ainda, os investimentos realizados na área de logística, com o fechamento do centro de distribuição de Barueri e construção de uma nova estrutura, mais moderna e adequada às necessidades da J. Macêdo, em São José dos Campos. Com este novo CD, demos um passo importante em nossa estratégia de otimização da malha logística de distribuição, reduzindo a complexidade do sistema logístico e criando condições para a melhoria da eficiência e do nível de serviço oferecido aos nossos clientes.

A redução de despesas com melhoria da eficiência foi foco da Companhia ao longo de 2010. Para isso, fizemos a revisão completa de nossa estrutura, enxugando os excessos e racionalizando gastos. Avançamos em nossa gestão tributária, o que nos coloca, atualmente, em condições semelhantes às da concorrência em termos de incentivos fiscais. Ao mesmo tempo, trabalhamos fortemente a melhoria da qualidade do endividamento da Companhia, alcançando prazos mais largos a custos menos dispendiosos. Outro ponto fundamental foi a implantação do Orçamento Matricial como metodologia orçamentária que nos trará a possibilidade de, a partir de 2011, criar ciclos virtuosos de melhoria contínua no processo de planejamento, controle e redução de despesas.

De maneira coerente com a estratégia de fortalecimento no mercado de massas, desenvolvemos, ao longo do ano, campanhas de publicidade e merchandising onde mostramos a consumidora que a qualidade da farinha Dona Benta, que ela já conhece está, também, nas diversas opções de macarrão Dona Benta. Em termos de lançamentos, a marca manteve, em 2010, a tradição de trazer inovações ao mercado, com as farinhas de trigo Dona Benta Integral e Dona Benta Reserva Especial em embalagem a vácuo, que proporcionam, a um só tempo, maior valor agregado e mais benefícios para o consumidor, com o aumento do prazo de validade do produto. Com relação ao *pricing*, ao longo do ano, lideramos os aumentos de preços em diversas de nossas marcas e categorias, como estratégia que se mostrou efetiva para a proteção das margens de contribuição dos nossos produtos.

A J. Macêdo S.A. inicia 2011 com uma estrutura mais enxuta, extremamente focada no aumento da eficiência e no fortalecimento de uma cultura de rigoroso controle orçamentário e redução de despesas. Nossa equipe está ciente das lições aprendidas em 2010 e comprometida com a busca de melhores resultados, aumento da lucratividade e melhoria contínua do nível de serviço oferecido a nossos clientes e, por conseguinte, ao nosso consumidor final.

Agradecemos aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos funcionários, aos acionistas e investidores, pela colaboração e confiança.

DESEMPENHO OPERACIONAL

DESEMPENHO DO TRIGO

No quarto trimestre de 2010 o trigo manteve a tendência de alta no mercado internacional iniciada em julho. As cotações dos contratos futuros das Bolsas de Kansas e Chicago subiram aproximadamente USD 50/t entre 1/out e 31/dez reagindo à quebra na safra da Rússia e a valorização de todas as commodities agrícolas no período. No ano de 2010, a valorização acumulada do trigo na bolsa de Kansas foi de 54%. Os embarques de trigo argentino foram retomados no início de dezembro com a colheita da nova safra, e mesmo com a produtividade recorde e superação das expectativas iniciais de colheita de 12 para 14 milhões de toneladas os preços se mantiveram próximos de USD 300 por tonelada FOB no porto argentino.

A safra de trigo nacional de 2010 teve um bom volume, aproximadamente 6 milhões de toneladas, e com boa qualidade. Mesmo com os bons preços do mercado internacional foi necessária intervenção do Governo Federal para garantir o pagamento dos preços mínimos oficiais aos produtores, o que se deu através de leilões de PEP (Prêmio de Escamento de Produto) que viabilizaram até 31 de dezembro o escoamento de 1,5 milhão de toneladas, principalmente para exportação e em menor volume para os moinhos do Norte e Nordeste do Brasil.

O mercado de trigo, tanto no Brasil como na Argentina, permanece com seus preços finais influenciados por ações dos dois governos: pelo controle dos registros de exportação na Argentina e pela intervenção do governo brasileiro através de leilões PEP e de venda de seus estoques. A valorização das commodities agrícolas e as preocupações com a garantia de abastecimento de alimentos básicos a baixo custo têm levado os governos a intervenções cada vez mais frequentes no comércio de grãos e dificultado a elaboração de estratégias de abastecimento das empresas privadas. Nas principais fontes de abastecimento da Companhia, os preços do quarto trimestre apresentaram o seguinte comportamento: no trigo argentino FOB, valores entre US\$ 280/t e US\$ 315/t e, no trigo nacional paranaense FOT, valores entre R\$ 450/t e R\$ 480/t. O trigo americano tipo "hard" foi cotado entre USD 275 a USD 330 FOB Golfo do México.

MERCADO DE CONSUMO DOMÉSTICO

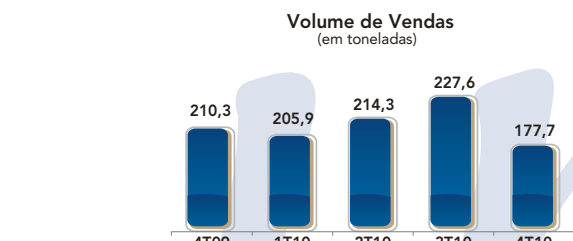
No segmento de consumo doméstico, a receita bruta da J. Macêdo no 4T10 caiu 2% impactada pela redução de 15% nos volumes em relação à igual período de 2009. Em relação ao 3T10, a receita caiu 7%, com volumes 19% menores. J. Macêdo liderou o aumento de preços com objetivo claro de proteção de suas margens. No total do ano de 2010, no consumo doméstico, J. Macêdo obteve redução de 3% na receita, impactada pelo volume 2% menor, com preços apenas 1% inferiores, apesar da redução de 7,7% nos preços médios de trigo neste período. As margens ficaram melhores: 24,9% no total do ano de 2010 vs. 24,3% em 2009. Os mercados de Farinhas e Massas retraíram 2,5% e 0,8%, respectivamente, segundo a ACNielsen.

VENDAS

O volume de vendas total atingiu 177,7 mil toneladas no quarto trimestre de 2010, um volume 15,5% menor que o mesmo período de 2009. Excluindo o volume de outros, fechamos o trimestre com 160,0 mil toneladas, mesmo volume que no quarto trimestre de 2009.

O volume de vendas total atingiu 825,5 mil toneladas no total do ano de 2010, uma redução de 1,4% em relação ao ano de 2009. Da mesma forma, excluindo o volume de outros, fechamos o ano de 2010 com volume de 729,2 mil toneladas, um crescimento de 4,0% em relação ao ano anterior.

Vendas/em toneladas	4T10	4T09	4T09 (%)	2010	2009	2009 (%)
Farinha Doméstica e Farelo	109.649	102.446	7,0%	510.456	485.758	5,1%
Massa	33.893	37.940	-10,7%	147.396	138.971	6,1%
Mistura para Bolo	10.029	12.282	-18,3%	43.431	46.973	-7,5%
Biscoito	5.138	5.103	0,7%	21.256	20.447	4,0%
Sobremesa	985	1.962	-49,8%	5.285	7.418	-28,8%
Fermento	324	391	-17,1%	1.349	1.632	-17,3%
Subtotal	160.018	160.124	-0,1%	729.173	701.199	4,0%
Outros	17.632	50.196	-64,9%	96.283	136.364	-29,4%
Total J. Macêdo	177.650	210.320	-15,5%	825.456	837.563	-1,4%



DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO - CONSUMO

• Farinhas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas caiu 2,5%, enquanto a participação de mercado da J. Macêdo subiu de 26,0% para 26,9% no ano móvel 2009 vs. 2010. O mercado de Farinhas Domésticas representou 38,1% da receita da Companhia no 4T10. Em relação ao mesmo período de 2009, a receita aumentou 1%, mas impactada pelo volume 17% menor e por preços 22% maiores. Comparando ao 3T10, receita e volume reduziram 7% e 22%, respectivamente. No total de 2010, a receita de Farinhas Domésticas recuou 7%, impactada por uma redução de 2% nos preços. Os volumes reduziram em 4% em relação ao ano de 2009. J. Macêdo continua seguindo a estratégia de melhoria da rentabilidade do negócio de Farinhas, buscando o equilíbrio mais saudável entre volumes, receitas e margens.

• Massas:

O mercado de Massas, se retraiu em 0,8% considerando a média móvel de 2010 em relação a 2009, segundo a cobertura ACNielsen. A participação de mercado da J. Macêdo caiu de 11,3% para 10,6% no período. Nos últimos meses, a participação da Companhia neste segmento esteve estável.

Balanços Patrimoniais - 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
	(Reapresentados)			(Reapresentados)		
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes a caixa (Nota 5)	70.809	95.649	86.520	71.189	95.954	86.692
Contas a receber de clientes (Nota 6)	76.648	90.483	111.224	76.776	90.537	111.325
Estoque (Nota 8)	107.618	97.492	110.771	107.618	97.492	110.771
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 9)	24.541	23.029	22.964	24.541	23.049	22.977
Outros créditos	6.668	6.208	13.615	6.764	6.274	13.681
Total do ativo circulante	286.284	312.861	345.094	286.888	313.306	345.446
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Aplicações financeiras (Nota 5)	3.782	3.486	2.623	3.782	3.486	2.623
Partes relacionadas (Nota 7)	3.201	-	51.216	3.201	-	51.216
Bens destinados à venda (Nota 11)	915	5.904	5.789	915	5.904	5.789
Impostos e contribuições sociais a compensar (Nota 9)	13.748	12.497	7.615	13.748	12.497	7.615
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10)	24.648	41.597	-	24.648	41.597	-
Outros créditos	9.158	3.163	1.980	9.181	3.185	1.994
Propriedade para investimentos (Nota 12)	17.400	17.400	17.400	17.400	17.400	17.400
Investimentos (Nota 13)	28.109	30.749	29.422	64	64	460
Imobilizado (Nota 14)	215.554	190.550	141.041	226.904	202.017	152.816
Intangível (Nota 15)	27.683	32.649	21.376	27.683	32.649	21.376
Total do ativo não circulante	344.198	337.995	278.462	327.526	318.799	261.289
Total do ativo	630.482	650.856	623.556	614.414	632.105	606.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital de risco	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008							
- Reapresentados	197.872	601	3.480	24.356	20.653	4.733	251.179
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	1
Participação de minoritários	-	-	-	-	-	-	3
Realização do custo atribuído (Nota 25f)	-	-	-	-	655	-	655
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado	-	-	-	-	45.715	-	45.715
Ajustes ao lucro líquido originalmente apresentado	-	-	-	-	655	-	655
Lucro líquido reapresentado	-	-	-	-	46.370	-	46.370
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal (Nota 25f)	-	-	2.286	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 24)	-	-	24.273	-	-	-	-
Dividendos propostos (R\$ 0,22 por ação) (Nota 25f)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	14.367	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	197.873	601	5.766	48.629	14.367	21.308	293.303
- Reapresentados	-	-	-	-	-	-	-
Participação de minoritários	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(14.367)	-	-	(14.367)
Realização do custo atribuído (Nota 25f)	-	-	-	-	214	-	214
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.533	-	17.533
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal (Nota 25f)	-	-	877	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 24)	-	-	16.442	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	197.873	601	6.643	65.071	21.522	4.733	296.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Despesas Operacionais e % RL

(em R\$ milhões e em %)

30,3% 29,3%

350,5 345,6

2009 2010

Na comparação do total do ano de 2010 com o ano anterior, as despesas operacionais, também excluindo o impacto de outras despesas/receitas e de depreciação/amortização, foram R\$ 338,0 milhões (28,7% da receita líquida), inferiores em 0,7% do ano de 2009 de R\$ 340,4 milhões (29,4% da receita líquida), com algum ganho de eficiência neutralizando os impactos dos dissídios e de inflação dos serviços.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	4T10	4T09	4T09 (%)	2010	2009	2009 (%)
Receitas Financeiras	3,0	3,8	-21,1%	14,7	19,1	-23,0%
Despesas Financeiras	(6,7)	(7,1)	-5,6%	(27,1)	(30,7)	-11,7%
Total	(3,7)	(3,3)	12,1%	(12,4)	(11,6)	6,9%

No 4T10, a J. Macêdo registrou resultado financeiro líquido de R\$ 3,7 milhões de despesas, comparado com R\$ 3,3 milhões no 4T09. Apesar da redução de juros médios pagos pela Companhia em função de substituição de dívida de curto prazo, bastante indexada ao CDI, para recursos de longo prazo, juros fixos ou predominantemente indexados a TJLP, houve aumento do endividamento líquido no período.

No total do ano, as despesas líquidas financeiras ficaram 6,2% acima do ano anterior.

RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

Como consequência dos aspectos comentados previamente, J. Macêdo encerra o 4T10 com lucro operacional de R\$ 2,5 milhões, comparado com o prejuízo de R\$ 3,5 milhões registrados no 4T09.

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) do 4T10 totalizou R\$ 7,8 milhões, acima dos R\$ 6,0 milhões no mesmo período do ano passado. No total de 2010, totalizou R\$ 43,9 milhões (margem de 3,7% da receita líquida), superior aos R\$ 37,2 milhões (3,2% da receita líquida) no ano de 2009. O valor do ano foi superior ao acumulado de doze meses reportados no trimestre anterior de R\$ 42,1 milhões.

EBITDA e Margem EBITDA

(em R\$ milhões e em %)

4,6% 3,3% 4,3% 2,7%

2,0% 12,6 10,1 13,4 7,8

4T09 1T10 2T10 3T10 4T10

Reconciliação do EBITDA Controladora

	2010	2009
Lucro operacional	13,6	5,1
Depreciação/Amortização Custos	9,3	9,1
Depreciação/Amortização Despesas	11,4	9,9
Resultado Financeiro	12,4	11,6
Equivalência	(1,8)	1,5
EBITDA	43,9	37,2

LUCRO LÍQUIDO

Devido aos aspectos operacionais citados anteriormente, o lucro líquido registrado no 4T10 foi de R\$ 6,5 milhões, com margem líquida de 2,3%. No total do ano, o lucro líquido foi de R\$ 17,5 milhões, com margem líquida de 1,5%.

ENDIVIDAMENTO

	2010	2009	2010 X 2009 (%)	3T10	2010 X 3T10 (%)
Dívida Líquida	64,4	110,3	-41,8%	63,9	0,9%
Curto Prazo	34,0	79,2	-57,1%	34,4	-1,2%
Empréstimos e Financiamentos	30,4	31,1	-2,1%	29,5	3,3%
Debtêntures	86,9	43,9	98,1%	94,5	-8,1%
Longo Prazo	86,9	14,6	N/A	94,5	-8,1%
Empréstimos e Financiamentos	-	29,3	-100,0%	-	N/A
Debtêntures	151,3	154,2	-1,9%	158,4	-4,5%
Total Endividamento	(74,6)	(99,1)	-24,7%	(98,8)	-24,5%
(-) Caixa e aplicações	76,7	55,1	39,2%	59,6	28,8%
Dívida Líquida	76,7	55,1	39,2%	59,6	28,8%

Indicadores Financeiros	2010	2009	2010 X 2009 (%)	3T10	2010 X 3T10 (%)
Dívida Líquida/EBITDA	1,75	1,48	18,2%	1,41	24,1%
Dívida Líquida/PL	0,29	0,21	38,1%	0,23	26,1%
Endividamento/ Ativo Total	0,26	0,25	4,0%	0,26	0,0%

*Nota: Indicadores da Controladora

O endividamento líquido da Companhia no fechamento do trimestre foi 28,8% maior que em setembro de 2010 e 39,2% maior que dezembro de 2009, por aumento de capital de giro e investimentos. Houve alongamento no perfil da dívida, longo prazo representando 57% do total, comparado com 28% no ano anterior.

Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida continuaram positivos neste período, sempre dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de empréstimos e debtêntures.

INVESTIMENTOS

No 4T10, o total de investimentos da J. Macêdo em imobilizado para ampliação da capacidade de produção somou R\$ 11,0 milhões um aumento de 46,0% em relação aos R\$ 7,5 milhões em investimentos no mesmo período do ano anterior.

No total do ano de 2010, o total de investimentos da J. Macêdo em imobilizado principalmente para ampliação da capacidade de produção somou R\$ 41,5 milhões, uma redução de 15,8% em relação aos R\$ 49,3 milhões em investimentos no ano anterior.

No trimestre, a J. Macêdo manteve sua política de investimentos em ampliação de capacidade instalada no segmento de massas em suas unidades de produção, tendo deslocado em funcionamento a ampliação de capacidade na unidade de Salvador com uma nova linha de massa longa e novo sistema de empacotamento. Foi iniciado, no 4T10, o processo de startup da nova linha de massa longa de São José dos Campos com previsão de produção no 1T11. A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Tergeran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. e Pico da Caledônia Empreendimentos. As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Alianças e Parcerias

Destacamos que a aliança de sete anos de parceria com a Bunge Alimentos tem resultado positivamente para a competitividade e flexibilidade da Companhia nos processos de origem e moagem de trigo e formação conjunta de uma rede de Distribuidores e *Merchandising* compartilhada.

Governança Corporativa

Em 2010, a J. Macêdo S.A. consolidou a trajetória de profissionalização de sua gestão e avançou no fortalecimento de sua Governança Corporativa, com a contratação de um novo CEO. Com grande experiência no mercado de consumo, Enrique Ussher é egresso da multinacional Motorola, tendo presidido a subsidiária brasileira da empresa. Amarílio Macêdo, até então à frente da gestão da Companhia, assumiu a presidência do Conselho de Administração (CAD). O CAD tem nove membros, dos quais quatro são acionistas e cinco conselheiros externos de relevante experiência no mercado, com habilidades e competências complementares. O Conselho foi apoiado por cinco comitês: Auditoria, Marketing, Finanças e TI, Pessoas e Gestão, além do comitê da Cadeia de Suprimentos. Juntos, estes comitês são importantes instrumentos de reflexão e acompanhamento da gestão.

Este ano, quando completamos dois anos do lançamento do Código de Ética e de Conduta da J. Macêdo, também demos um importante passo no fortalecimento dos valores, princípios e condutas esperados de todos que fazem parte da Companhia.

Recursos Humanos

Na J. Macêdo, a área de Recursos Humanos vem trabalhando como consultora do negócio, buscando apoiar estrategicamente a Companhia na busca de resultados através da gestão de pessoas. O lançamento do RH Online, ferramenta digital de gestão de pessoas que permite a integração e participação, tem favorecido a constante melhoria dos processos e controles de gestão de pessoas, favorecendo este trabalho. Um importante pilar da gestão de pessoas é o processo de Avaliação de Desempenho (AVD), que foi consolidado em 2010, com 90% de adesão dos funcionários em cargos técnico-administr



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais estão adequadamente cumpridos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

18. Debêntures (controladora e consolidado)	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Passivo			
Circulante			
Principal	29.578	29.609	29.609
Encargos	1.165	1.933	4.378
(-) Custos de captação	(309)	(412)	(412)
	30.434	31.130	33.575
Não circulante			
Principal	–	29.578	59.187
(-) Custos de captação	–	(309)	(721)
	–	29.269	58.466
	30.434	60.399	92.041

Em atendimento à Deliberação CVM nº 556, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, passamos a contabilizar os custos de transação incorridos na captação de recursos como reduidora da conta de debêntures e amortizá-los com base na mesma base de amortização das debêntures.

Características da oferta:

Debêntures	1ª Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	10.360
Remuneração	CDI + 1,5% a.a.
Vencimento	01/09/2011

Em 18 de outubro de 2007, foi efetuada a liquidação financeira referente à primeira oferta pública de debêntures da Companhia com data de emissão de 1º de setembro de 2007 e valor nominal de R\$ 10, com a captação do montante. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificado e não serão convertíveis em ações da Companhia.

O valor do principal será amortizado em 7 parcelas semestrais, a partir do 12º mês da data de emissão, sendo a primeira em 1º de setembro de 2008 e a última em 1º de setembro de 2011.

A operação está garantida pela cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da J. Macêdo S.A., decorrentes da comercialização de seus produtos, representados por duplicatas físicas e/ou escriturais.

Esta operação teve classificação de risco brBBB+ da "Standard & Poor's".

A Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais estão adequadamente cumpridos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	–	–	29.609
2011	–	29.578	29.578
	–	29.578	59.187

19. Outros ativos financeiros e passivos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo
O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários, debêntures e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	Valor contábil			Valor justo		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativos financeiros						
Contas a receber de clientes	76.648	90.493	111.224	76.648	90.493	111.224
Caixa e equivalentes de caixa	70.809	95.649	86.520	70.809	95.649	86.520
Aplicações financeiras	3.782	3.486	2.623	3.782	3.486	2.623
	151.239	189.618	200.367	151.239	189.618	200.367

Passivos financeiros						
Contas a pagar a fornecedores	41.227	43.952	40.724	41.227	43.952	40.724
Empréstimos e financiamentos	120.880	93.799	57.320	120.880	93.799	57.320
Debêntures	30.434	60.399	92.041	30.434	60.399	92.041
Arrendamento mercantil	12.986	13.266	13.526	12.986	13.266	13.526
	205.527	211.416	203.611	205.527	211.416	203.611

20. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ativo pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (controladora e consolidado)

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ativo adquirido por meio de aquisição de negócio com vida indefinida foi alocada à unidade geradora de caixa "Pouso Alegre", operação localizada no Estado de Minas Gerais.

Valor contábil do ativo alocado a essa unidade geradora de caixa:

	31/12/10	31/12/09
	6.399	6.399

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 25 de agosto de 2010 e considera, entre outros fatores, a relação entre sua geração de caixa e seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa Chianini foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta Administração para os próximos cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir a demanda esperada de produtos. A taxa de desconto real antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,3% (2009: nominal de 12,2%) e os fluxos de caixa que excedem o período de 5 anos são extrapolados sem taxa de crescimento real, como em 2009, dado que a unidade atinge sua plena capacidade. Como resultado dessa análise, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas: **Margens brutas** - As margens brutas são baseadas nos valores médios obtidos nos exercícios que antecederam o início do período orçamentário. Essas margens são aumentadas levemente ao longo do período orçamentário para fins dos ganhos de eficiência planejados.

Taxas de descontos - As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital.

Inflação de preços de matérias-primas - As variações de preços de matérias-primas vêm sendo utilizadas como indicador de futuras variações de preço.

Premissas de participação no mercado - Essas premissas são dados do segmento para taxas de crescimento, e que possibilitam que a Administração avalie como a posição da unidade relativamente aos seus concorrentes poderia mudar ao longo do período orçamentário. A Administração espera que a participação da Companhia do mercado de massas cresça consistentemente até o limite da capacidade produtiva que acontecerá em 2016.

21. Tributos a recolher

	Controladora			31/12/09			01/01/09		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	12.111	–	12.111	10.233	–	10.233	9.112	–	9.112
PIS e COFINS	1.938	–	1.938	3	–	3	1.555	–	1.555
IRPJ e CSSL	278	–	278	66	–	66	–	–	–
Parcelamento ICMS a recolher (a)	957	897	1.854	934	1.807	2.741	34.814	–	34.814
Diferimento ICMS (PROVIN)	3.345	2.113	5.458	4.218	3.153	7.371	10.235	–	10.235
REFIS IV (b)	3.699	5.515	9.214	21.678	9.036	30.714	–	–	–
REFIS II (b)	366	–	366	362	–	362	375	–	375
ISS retido	99	–	99	146	–	146	109	–	109
Outros	92	–	92	213	–	213	220	–	220
Total	22.885	8.525	31.410	37.853	13.996	51.849	56.420	–	56.420

a) Em 31 de dezembro de 2010, os saldos em aberto são compostos por até 24 parcelas mensais.
b) REFIS - Programa de Recuperação Fiscal
Em 27 de maio de 2009, através da Lei 11.941/09, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que permite às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de novembro de 2008.
A J. Macêdo S.A. formalizou em 19 de novembro de 2009 sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei. De acordo com as normas legais acima referidas a dívida bruta totaliza R\$ 55.594. Nessa dívida foram considerados os débitos que não foram alvos de parcelamentos, reinclusões de débitos que tinham solicitados sua inclusão no PAES, parcelamentos em andamento dos PAES e PAEX, e débitos do REFIS I.
A redução legal sobre a dívida bruta totalizou R\$ 14.918. Consequentemente, o valor da dívida líquida, antes da compensação dos saldos de prejuízos fiscais, importa no valor de R\$ 40.676 em 31 de dezembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da dívida era de R\$ 20.112, líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, no valor de R\$ 21.445, os quais serão utilizados para quitação parcial da referida dívida.
Ainda assim, após sua consolidação, o saldo de R\$ 20.112, deverá ser parcialmente liquidado com o saldo de correspondentes depósitos judiciais, no valor de R\$ 10.898, atualizados até 31 de dezembro de 2010, reduzindo esta obrigação para R\$ 9.214, após a compensação dos referidos depósitos.

c) Os montantes a pagar no longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
2011	–	4.740
2012	3.423	1.526
2013	414	653
A partir de 2014	4.688	7.077
	8.525	13.996

22. Outras contas a pagar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Adiantamentos decorrentes de acordos contratuais	15.781	7.172	–	15.781	7.172	–
Contas a pagar antigos acionistas da Chianini (a)	12.063	16.204	–	12.063	16.204	–
Outros	10.089	12.926	11.033	10.089	12.959	11.033
	37.933	36.302	11.033	37.933	36.335	11.033
Circulante	(27.197)	(23.327)	(11.033)	(27.197)	(23.360)	(11.033)
Não circulante	10.736	12.975	–	10.736	12.975	–

a) Refere-se ao saldo a pagar pela aquisição da Chianini, conforme descrito na Nota 12. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 05 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor parte incide a variação do IGP-M e parte a variação do CDI.

23. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir, demonstra a mutação das provisões para contingências nos períodos entre 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2010.

Tributárias (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2009	15.453	5.447	3.702
Provisões	850	837	1.730
Reversão de provisões	(4.142)	(703)	(134)
Transferência para o Refis IV (Nota 21b)	(5.678)	–	(5.678)
Pagamentos/Depósitos	(28)	(1.848)	(4)
Encargos financeiros	1.127	–	418
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.582	3.733	4.025
Provisões	1.197	1.927	15
Reversão de provisões	(2.897)	(195)	(2.349)
Transferência para o Refis IV (Nota 21b)	(1.480)	–	–
Pagamentos/Depósitos	(212)	(1.970)	(1.103)
Encargos financeiros	385	–	449
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.575	3.495	1.037

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 143.701 (2009: R\$ 152.291) sendo R\$ 61.772 (2009: R\$ 70.462) de tributos federais; R\$ 81.550 (2009: R\$ 81.433) de impostos estaduais e R\$ 379 (2009: R\$ 396) de tributos municipais. Do valor total da contingência tributária, (i) R\$ 4.575 (2009: R\$ 7.582) referem-se à chance provável de perda, em diversas ações e outras provisões para as quais ainda não existe ação judicial; (ii) R\$ 75.437 (2009: R\$ 80.964) referem-se à chance possível de perda em diversas ações e (iii) R\$ 68.028 (2009: R\$ 63.937) referem-se à chance remota de perda em diversas ações.

Os Estados de Ceará, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo exigem supostos débitos de ICMS no valor de R\$ 81.550 em 31 de dezembro de 2010 (2009: R\$ 81.433). Adicionalmente, a Companhia está pleiteando a homologação de compensação efetuada entre créditos de PIS e COFINS (originais de pagamentos indevidos por conta da inclusão, na base de cálculo dessas contribuições, de receitas de vendas com destino à Zona Franca de Manaus) com débitos de COFINS e IRPJ. O valor estimado do pleito é de R\$ 1.433 em 31 de dezembro de 2010 (2009: R\$ 1.308).

b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Companhia referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por dano material e moral decorrentes de acidente de trabalho.

Em 31 de dezembro de 2010, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de aproximadamente R\$ 23.304 (2009: R\$ 31.578). Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 3.495 (2009: R\$ 3.733) referem-se à chance provável de perda; e (ii) R\$ 15.390 (2009: R\$ 19.836) referem-se à chance possível de perda.

Em 31 de dezembro de 2010, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizam o montante de R\$ 2.822 (2009: R\$ 1.643).

c) Cíveis e administrativas

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia era ré em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 7.411 (2009: R\$ 9.992). Do total da contingência, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 1.037 (2009: R\$ 4.025) referem-se à chance de perda provável; e (ii) R\$ 5.745 (2009: R\$ 5.335) referem-se à chance possível de perda.

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como ré envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo a ações indenizatórias, representantes comerciais, ações de cobrança fundadas em motivos variados, entre outros.

24. Subvenções governamentais (Controladora)

a) ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias para as unidades de Cabelado, Macêdo e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias, e redução de 12,5% a partir do ano de 2009 até 2013 na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia apurou prejuízo e lucro, não havendo base para cálculo do lucro da exploração.

b) Estado do Ceará

A cidade de Fortaleza da J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até junho de 2014. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 36 meses, para os incentivos fiscais incorridos até outubro de 2006 e 24 meses nos períodos subsequentes, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como reduidora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, este incentivo fiscal totalizou R\$ 11.610 (2009: R\$ 17.311).

c) Estado da Bahia

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESEN-VOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008 e nº 59, de 28 de agosto de 2008.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2017.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, este incentivo fiscal totalizou R\$ 12.784 (2009: R\$ 6.962).

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Capital social - em Reais mil	197.873	197.873	197.872
Ações nominativas - quantidade:			
Ordinárias	11.496.411	11.496.411	11.496.342
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	1.337	1.337	1.337
	21.832.197	21.832.197	21.832.128

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto.

As ações preferenciais Classe "B", foram subscritas com recursos do "Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR", e a elas é assegurada participação integral nos resultados.

As ações preferenciais não terão direito de voto; as (ações preferenciais classe "B" farão jus às seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluídas as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.
As ações preferenciais adquirirão direito de voto se a Companhia, por mais de três exercícios, não distribuir os dividendos fixos a que têm direito.

b) Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da Assembleia Geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

c) Reserva de capital - Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrado como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como reduidora da despesa de imposto de renda.

d) Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias, conforme comentado na Nota 2.6.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, o crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre as mais valias contabilizadas por sua controlada Pico da Caladônia.

f) Destinação do lucro